

ATA NÚMERO 155/XII/3ª SL

25.outubro.2013 – 09h00

Aos 25 dias do mês de outubro de 2013, pelas 09:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 01, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Comunicações do Presidente

3. Proposta de Lei n.º 177/XII/3.ª, “Aprova as Grandes Opções do Plano para 2014”

- **Apreciação e votação do parecer**
- **Deputado autor do parecer:** Duarte Marques – PSD

4. Proposta de Lei n.º 178/XII/3.ª, “Aprova o Orçamento do Estado para 2014”

- **Apreciação e votação do parecer**
- **Deputados autores do parecer:**
Pedro Delgado Alves - PS
Inês de Medeiros - PS

5. Outros assuntos

6. Data da próxima reunião

Dia 30 de outubro de 2013

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da Deputada do PEV.

2. Comunicações do Presidente

Não se registaram comunicações.

3. Proposta de Lei n.º 177/XII/3.ª, “Aprova as Grandes Opções do Plano para 2014”

O Sr. Deputado Duarte Marques (PSD) apresentou o parecer, tendo o mesmo sido aprovado com os votos favoráveis do PSD, PS e CDS-PP e os votos contra do PCP e do BE, tendo-se registado a ausência do PEV.

A Sra. Deputada Paula Batista (PCP) justificou o sentido de votação do PCP, referindo que o que está em causa não é o parecer mas os pressupostos políticos subjacentes.

4. Proposta de Lei n.º 178/XII/3.ª, “Aprova o Orçamento do Estado para 2014”.

O Sr. Deputado Acácio Pinto (PS) apresentou o parecer.

Interveio, de seguida, o Sr. Deputado Luís Fazenda (BE), que se manifestou contra o parecer, por entender que a Proposta de Lei do Orçamento do Estado enferma de inconstitucionalidades, também nas áreas da competência da Comissão.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) lamentou não ter sido possível uma análise mais aprofundada do parecer, por ter sido rececionado tardiamente, e comunicou a abstenção do seu Grupo Parlamentar, afirmando que algumas formulações careciam de uma maior discussão.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) considerou que a Proposta de Lei não reúne os requisitos constitucionais, dada a ilegalidade de algumas normas, nomeadamente as que se referem ao financiamento do ensino superior e à garantia da escolaridade obrigatória.

O Sr. Deputado Amadeu Albergaria (PSD) disse associar-se à intervenção do Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP).

O Sr. Deputado Pedro Delgado Alves (PS) considerou que a constitucionalidade do diploma é apreciada noutra sede, sendo que estão em análise apenas as disposições orçamentais das áreas da Comissão, que não são impeditivas da aprovação do parecer.

Submetido a votação, o parecer foi aprovado com os votos favoráveis do PS, a abstenção do PSD e do CDS-PP e os votos contra do PCP e do BE, tendo-se registado a ausência do PEV.

5. Outros assuntos

6. Data da próxima reunião

Dia 30 de outubro de 2013

A reunião foi encerrada às 09:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 25 de outubro 2013

O Presidente da Comissão

(Abel Baptista)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista
Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Carlos Enes
Duarte Marques
Isidro Araújo
Isilda Aguincha
Luís Fazenda
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria José Castelo Branco
Michael Seufert
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Delgado Alves
Rita Rato
Rui Jorge Santos
Rui Pedro Duarte
Jacinto Serrão
João Prata
Paula Baptista
Pedro Alves
Rosa Arezes
Rui Jorge Caetano

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia
Inês de Medeiros
Nilza de Sena
Pedro Pimpão